

CAPÍTULO 21

Política Externa Feminista: Uma revisão bibliométrica para a compreensão de suas condicionantes e sua relação com a interseccionalidade (2014-2020)

Sabrina da Costa Chiuza; Júlio César Cossio Rodriguez

Resumo

Em 2014, a Suécia foi o primeiro Estado a declarar, explicitamente, sua Política Externa como Feminista, configurando um novo fenômeno nas Relações Internacionais. Desse modo, o presente artigo consiste em uma revisão bibliométrica, seguida de análise de conteúdo, com o objetivo de mapear o estudo sobre Política Externa e Gênero e, em específico, sobre Política Externa Feminista, nas principais revistas de Relações Internacionais e Gênero e Política, a fim de compreender quais as condições necessárias para a sua construção, e qual a sua relação com a Interseccionalidade. Parte-se das hipóteses de que (h1) um alto nível de participação/representação política, e um cargo favorável de primeiro-ministro, presidente ou ministros está no centro das condições necessárias que levam a uma maior probabilidade de um governo de Estado construir uma Política Externa Feminista ou com enfoque em gênero. Ainda, se combinados com a ratificação e enfoque na resolução UNSCR 1325 e na agenda Women, Peace and Security das Nações Unidas, esses fatores podem ser suficientes para a construção desse tipo de política externa; e que (h2) a Interseccionalidade não recebe enfoque na Política Externa Feminista. Os dados encontrados permitem a comprovação parcial da primeira hipótese, no sentido de que ainda são necessários mais estudos para averiguar o real impacto da maior participação das mulheres e de cargos favoráveis na alteração de processos e agendas de Política Externa; porém, comprova-se que a agenda WPS e a UNSCR 1325 são mecanismos internacionais centrais no direcionamento das Políticas Externas Feministas. Ademais, a segunda hipótese de pesquisa se comprova, pois percebe-se que a maioria dos estudos apenas cita o conceito de Interseccionalidade, sem fazer referências teóricas, ao mesmo tempo que se percebe que os países com uma Política Externa Feminista ou com enfoque em gênero citam esse termo sem evidenciar qual entendimento possuem sobre ele.

Palavras-chave: política externa feminista; política externa; gênero; interseccionalidade; análise bibliométrica.

1. Introdução

No ano de 2014, a Suécia foi o primeiro país a declarar, explicitamente, uma Política Externa Feminista (ROSAMOND, 2020). A partir disso, o debate acerca do tema se tornou mais frequente, pois, apesar de já existirem casos de políticas externas com enfoque em gênero, essa era a primeira vez que o termo “feminista” estava sendo utilizado (AGGESTAM e TRUE, 2020). Desse modo, outros casos começam a surgir e os já existentes a serem estudados com maior profundidade, como o Canadá que lança sua Feminist International Assistance Policy (PARISI, 2020), a Austrália e a Noruega que promovem políticas de gênero no âmbito da política externa (LEE-KOO, 2020; SKJELSBAEK e TRYGGESTAD, 2020), e, a África do Sul que promove a representatividade das mulheres no âmbito da política externa (HAASTRUP, 2020).

Tendo em vista que esse é um fenômeno recente das Relações Internacionais, apesar de existirem grandes esforços científicos para consolidar esse estudo, ainda existem lacunas a serem preenchidas na literatura. Por esse motivo, o presente artigo preocupa-se com o entendimento de quais são as condições necessárias para a construção de uma Política Externa Feminista e de que formas ela vem dialogando, tanto na teoria quanto na prática, com a Interseccionalidade. Parte-se das hipóteses de que (h1) (I) um alto nível de participação/representação política, tanto no legislativo quanto no executivo, bem como (II) um cargo favorável de primeiro-ministro, presidente ou ministros estão no centro das condições necessárias que levam a uma maior probabilidade de um governo de Estado construir uma Política Externa Feminista ou com enfoque em gênero. Ainda, se combinados com (III) a ratificação e enfoque na resolução UNSCR 1325 e na agenda Women, Peace and Security (WPS) das Nações Unidas, esses fatores podem ser suficientes para a construção desse tipo de

572 Política Externa Feminista: Uma revisão bibliométrica para a compreensão de suas condicionantes e sua relação com a interseccionalidade (2014-2020)

política externa; e (h2) a Interseccionalidade, tanto na teoria como na prática de Política Externa Feminista, não recebe enfoque.

Para a operacionalização da pesquisa, utiliza-se da metodologia qualitativa-quantitativa, com método de abordagem hipotético-dedutivo e técnica de procedimento de revisão bibliográfica, revisão bibliométrica (2014 - 2020) e análise de conteúdo. A técnica de pesquisa bibliométrica é utilizada nesse trabalho para analisar os artigos das principais revistas das Relações Internacionais e de Gênero, entre os anos de 2014 e maio/2020, no sentido de mapear a produção científica sobre a Política Externa Feminista e utilizar desse conteúdo como base empírica para o desenvolvimento desse trabalho. Nesse sentido, esse trabalho justifica-se academicamente ao propor uma síntese entre todos esses estudos, através da comparação entre eles e da análise de variáveis intervenientes, o que possibilitará uma visualização ampla desse conhecimento. Ainda, ao colocar em perspectiva a Interseccionalidade, o trabalho auxiliará na análise do quão empenhada a teoria e a prática de Política Externa Feminista vêm sendo em desempenhar um papel inclusivo, capaz de contestar todas as estruturas que se atravessam e criam padrões discriminatórios.

2. A Política Externa Feminista no contexto das Relações Internacionais

Valerie M. Hudson e Benjamin S. Day (2020) defendem que todas as mudanças na Política Internacional dependem da atuação e tomada de decisão de indivíduos. Apesar disso, explanam que a Análise de Política Externa possui muitas teorias sobre tomada de decisão que são "gender-blind". Nesse sentido, a Teoria Feminista das Relações Internacionais pode desempenhar um papel importante ao afirmar que as diferenças de gênero são construídas socialmente e estão presentes em todos os aspectos da vida pública e privada

(TICKNER, 1997) - ou seja, os próprios processos de construção e implementação de Política Externa são imbricados por essas relações desiguais de gênero. A partir desse cenário, para Enloe (2014), a diplomacia possui um caráter masculinizado e a primeira inserção das mulheres foi através do seu papel como esposas de diplomatas, no qual elas tinham como objetivo gerar um ambiente receptivo extraoficial em suas casas para auxiliar no fechamento de acordos e tratados (ENLOE, 2014). Desse modo, as mulheres se tornaram um recurso dos Estados - mesmo isso não sendo reconhecido formalmente - e, hoje em dia, essas noções generificadas sobre o seu trabalho na diplomacia ainda permanecem (ENLOE, 2014).

Nesse contexto, se faz necessário ampliar a discussão acerca dos impactos de estruturas hegemônicas, como o patriarcado, na construção da Política Externa. De acordo com Williams (2017), o enfoque estatocêntrico para a Política Externa resulta na priorização de temas relacionados às masculinidades hegemônicas e na valorização de características estereotipicamente masculinas. Com isso, ela disserta sobre a existência de quatro fatores determinantes para a baixa representatividade de mulheres: (I) cultural - estereótipos de gênero; (II) histórico - exclusão das mulheres da vida pública; (III) institucional - sistemas eleitorais e partidários não são receptivos às mulheres; e, (IV) estrutural - relativo a acesso à educação e status profissional. Nessa mesma linearidade, Aggestam e Towns (2019) retiram da literatura alguns exemplos dessas estruturas de poder de gênero na diplomacia, como (I) a ocupação de cargos centrais de negociações por homens enquanto as mulheres estão mais presentes em cargos administrativos ou de consultantes públicas, e (II) existência de uma super-representação de homens em organizações internacionais. É nesse contexto que nos preocupamos com a testagem da primeira parte de nossa primeira hipótese, a qual procura entender o impacto da participação/representação das mulheres e de cargos favoráveis

574 Política Externa Feminista: Uma revisão bibliométrica para a compreensão de suas condicionantes e sua relação com a interseccionalidade (2014-2020)

no executivo no delineamento da Política Externa Feminista ou com enfoque em gênero.

Nessa conjuntura, em 2014, o governo sueco torna-se o primeiro a declarar explícita e publicamente uma Política Externa Feminista, com o objetivo de erradicar a discriminação contra a mulheres e aumentar as suas condições, ao mesmo tempo que contribui para a paz e o desenvolvimento (ROSAMOND, 2020). Para operacionalizar esse objetivo, a estratégia sueca gira em torno de promover a representação, os direitos e os recursos das mulheres (WILLIAMS, 2017; ROSAMOND, 2020). Apesar disso, Rosamond (2020) aponta algumas contradições, pois a Suécia projeta-se como uma nação que já superou problemáticas de gênero e pretende levar isso aos Outros que ainda não alcançaram tal excelência, o que encobre relações de poder de gênero que ainda acontecem no âmbito doméstico. Além disso, a autora faz uma análise discursiva dos principais documentos da Política Externa Feminista e constata que esses não adotam uma definição consistente do que significa gênero.

Vale destacar que, de acordo com Williams (2017), essa medida sueca faz parte de um contexto global que já vinha promovendo a igualdade de gênero, principalmente após a adoção e promoção da UNSCR 1325 como parte da agenda Women, Peace and Security (WPS). Por esse motivo, preocupa-se com a testagem da primeira hipótese desse trabalho de que o comprometimento com a UNSCR 1325 e a WPS seria uma das condições que, junto com a participação/representação das mulheres ou um cargo executivo favorável, podem ser suficientes para a formação de uma Política Externa Feminista.

Para mais, Aggestam e True (2020) auxiliam na definição de normas 'pro-gender' ou de uma Política Externa Feminista como uma manifestação de práticas de (I) "gender mainstreaming" como forma de avançar a igualdade de gênero, (II) assistência internacional para

o desenvolvimento com enfoque em desigualdades de gênero, (III) foco na segurança e direito das mulheres como central para a estabilidade estatal, e (IV) demais atitudes concretas de política externa em prol da igualdade de gênero. Além disso, Smith (2020) sugere algumas formas de incluir gênero nas análises de política externa: (I) pensando sobre os indivíduos envolvidos nas decisões de política externa; (II) refletindo sobre como normas e práticas generificadas afetam o comportamento de grupos que integram a formulação de política externa; e (III) repensando, a partir de um olhar feminista, sobre os resultados de política externa. Nesse contexto, Aggestam e True (2020) e Smith (2020) explicam que diversos Estados já adotaram normas 'pro-gender' como pilares da sua política externa, mesmo que não utilizando o termo feminista, as quais são centradas em um contexto de internacionalização liberal, com a UNSCR 1325 como protagonista.

Nesse cenário, Achilleos-Sarll (2018) chama atenção para a forma como a Política Externa Feminista da Suécia engaja justamente com elementos que são centrais para o feminismo liberal ocidental, o qual tem relações complexas com o colonialismo, na medida em que foi construído sobre as experiências de mulheres brancas e legítima um modelo de emancipação liberal e universal (ACHILLEOS-SARLL, 2018). Por isso, a autora defende a necessidade de inserirmos o feminismo pós-colonial e interseccional nesse debate, uma vez que o Estado beneficia-se de estruturas patriarcais, racistas, sexualizadas, e coloniais e as reproduz com o intuito de manter o status quo da sociedade, ao mesmo tempo que as institucionaliza através de processos como a Política Externa (ACHILLEOS-SARLL, 2018). Nesse sentido, para alcançarmos um patamar onde a Política Externa seja mais inclusiva e carregada de ferramentas transformativas, a centralização da interseccionalidade é essencial, pois estabelece as bases para criticar visões homogeneizantes das mulheres, ressaltando que o gê-

576 Política Externa Feminista: Uma revisão bibliométrica para a compreensão de suas condicionantes e sua relação com a interseccionalidade (2014-2020)

nero está em conexão direta com a raça, classe, etnia e sexualidade, articulações que impactam de maneiras diferentes cada indivíduo, dependendo do seu histórico social, político, econômico e contexto geográfico (ACHILLEOS-SARLL, 2018).

Para aprofundar essa reflexão acerca da Interseccionalidade, é pertinente que tenhamos em mente Kimberlé Crenshaw (1989), pioneira na elaboração teórica desse conceito, a qual alerta que as mulheres negras, muitas vezes, estão excluídas tanto do feminismo quanto das políticas e discursos antirracistas, justamente porque, seguidamente, esses debates são construídos sem a intersecção de raça e gênero. Na mesma lógica, Brah (2006) defende que a diferença como relação social é organizada de forma sistemática e praticada por instituições através de discursos econômicos, culturais e políticos, possibilitando que diferenciações como gênero, classe e racismo sejam construídas como estruturas de poder que condicionam as relações sociais dos indivíduos (BRAH, 2006). Portanto, no que tange a Política Externa Feminista, devemos estar atentos para qual definição de gênero e feminismo ela está se debruçando, visto que políticas universalizantes não são suficientes. Por esse motivo, nos preocupamos com a testagem da segunda hipótese deste trabalho.

3. Estudo bibliométrico: um mapeamento da investigação sobre política externa feminista

Nesta seção será introduzida a análise bibliométrica, que teve como objetivo quantificar a produção científica sobre Política Externa Feminista, para que, posteriormente, através de uma análise de conteúdo, sejam testadas as variáveis intervenientes que formam as hipóteses de pesquisa. O estudo bibliométrico significa “a aplicação de métodos matemáticos e estatísticos a livros e outros meios de comunicação escrita” (ALVARADO, 1984, p.91). Nesse sentido, representa

uma forma de avaliar quantitativamente a produção acadêmica, sendo positiva na investigação do impacto de um campo de estudo, ou o impacto de um tema - por exemplo, Política Externa Feminista - dentro de uma área temática - como a grande área de Política Externa nas Relações Internacionais (COBO et al., 2011). Uma das técnicas de análise é a cocitação de palavras, a qual permite a análise de conteúdos e intensidade de conexão entre informações em materiais textuais, normalmente conduzida através de palavras-chave (COBO et al., 2011).

Nesse sentido, as revistas analisadas nesta pesquisa são as pertencentes a International Studies Association (ISA) e, para a seleção das demais, foi utilizado o Scimago Journal and Country Rank (SJR), combinado com o escopo temático de cada revista para a possível adequação com o objetivo da pesquisa - Gender and Society, Politics and Gender, International Feminist Journal of Politics, e Journal of Women, Politics and Policy. Além disso, o marco temporal da análise foi de 2014 a maio de 2020, com o intuito de averiguar o andamento das publicações sobre o tema desde o surgimento do primeiro caso prático de Política Externa Feminista. A partir dessa etapa, foram analisados os resumos das seções de artigos científicos através do uso de palavras chaves para distinguir aqueles pertinentes para a investigação deste trabalho. Vale destacar que as palavras-chave foram operadas individualmente e também em combinação - com exceção do conceito "Feminist Foreign Policy", as palavras "Foreign Policy" e "policymaking/ policy-making" foram utilizadas juntamente com uma ou mais das palavras gender, women, woman, feminist, e feminism. Nesse processo, foram desconsiderados os artigos que continham as palavras-chave mas seus enfoques eram na política doméstica ou no funcionamento de organizações específicas. Desse modo, foram analisados os resumos de 1631 artigos nas oito revistas, dos quais apenas 38 continham as combinações de palavras-chaves. Porém, entre

578 **Política Externa Feminista: Uma revisão bibliométrica para a compreensão de suas condicionantes e sua relação com a interseccionalidade (2014-2020)**

esses 38 artigos encontrados, 25 versavam sobre questões mais amplas acerca da Política Internacional e Gênero e foram categorizados como Artigos Amplos, enquanto 13 artigos trabalhavam diretamente com Política Externa Feminista ou Política Externa com enfoque em gênero e, portanto, foram chamados de Artigos Específicos (Quadro 1). O teste das hipóteses foi realizado apenas naqueles Artigos Específicos sobre o tema.

Quadro 1 – Relação entre artigos amplos e artigos específicos por revista de publicação

Nome da Revista	Artigos Amplos	Artigos Específicos
International Studies Quarterly (ISQ)	2	0
International Studies Perspectives (ISP)	1	1
International Studies Review (ISR)	3	0
Foreign Policy Analysis (FPA)	0	10
Gender and Society (G&S)	2	0
Politics and Gender (P&G)	5	0
International Feminist Journal of Politics (IFJP)	4	2
Journal of Women, Politics and Policy (JWPP)	8	0
TOTAL	25	13

Fonte: elaboração própria (2021).

Entre os 10 artigos da FPA, três já foram utilizados na contextualização do trabalho - Smith (2020), Aggestam e True (2020), e Rosamond (2020). Outro estudo de caso da revista disserta sobre o Canadá ter sido o segundo país a declarar uma Política Externa Feminista, através da Feminist International Assistance Policy (FIAP), mas que mesmo assim ainda carece de estratégias de operação bem

definidas (PARISI, 2020). Enquanto isso, Hastrup (2020) realiza um estudo sobre o comprometimento da política externa da África do Sul com o continente africano e com normas 'pro-gender'. Ademais, Skjelsbaek e Tryggestad (2020) realizam um estudo sobre a Noruega que, apesar de considerar o termo feminista polêmico, encara a promoção da paz e da igualdade de gênero como parte da sua identidade nacional, e sua Política Externa é desenhada para impulsionar esses valores. Similarmente, segundo Lee-Koo (2020), a Austrália prefere não utilizar o termo feminista, mas adota normas 'pro-gender' na sua política externa.

Ainda, Calin e Buterbaugh (2019) elaboram um estudo sobre os apontamentos de embaixadores dos governos de Clinton e de Bush, com o objetivo de discutir a baixa representação de mulheres no poder público. De forma similar, Towns e Niklasson (2016) investigam apontamentos de homens e mulheres na diplomacia de 50 países, e encontram que (I) a super-representação de homens aumenta conforme o poder e o prestígio do cargo aumenta; (II) as mulheres possuem baixa representatividade como embaixadoras em todos os lugares do mundo, com somente 15% das posições (TOWNS e NIKLASSON, 2016); e, (III) o maior desafio ainda é o baixo índice de apontamentos de mulheres para os cargos de embaixadoras, ao invés de onde elas são direcionadas após sua nomeação (TOWNS e NIKLASSON, 2016).

O último estudo de caso encontrado na FPA refere-se à atuação de William Hague na promoção da 'UK's Preventing Sexual Violence Initiative'. Sara Davies e Jacqui True (2017) explicam que essa foi uma escolha consciente de Hague, a qual está diretamente associada com seu gênero, seu poder no Gabinete, e sua posição burocrática. Desse modo, as autoras demonstram que empreendedores normativos desempenham um papel central no processo de adoção

580 Política Externa Feminista: Uma revisão bibliométrica para
— a compreensão de suas condicionantes e sua relação com a
interseccionalidade (2014-2020)

de normas internacionais, e que, no caso de Hague, seu papel ajudou a atrair parceiros improváveis para corroborar com essa agenda.

Além desses, a Revista IFJP contém 2 artigos específicos, onde o estudo de Aggestam e Towns (2019) já foi utilizado na contextualização do trabalho. Já o segundo estudo é de Rossone de Paula (2019), no qual, através da análise da Política Externa brasileira no governo Lula, ela procura demonstrar que o aumento de agendas feministas vai depender de um estudo feminista da geopolítica que questione o que é aceito como posicionamento legítimo na política internacional.

Por fim, a revista ISP traz o estudo de Thomson (2020) sobre as políticas externas feministas da Suécia e do Canadá, no qual ela demonstra que as duas práticas têm propósitos e mecanismos muito diferentes, com a Suécia entendendo a desigualdade sistêmica de gênero como o problema central, enquanto o Canadá centra-se na erradicação da pobreza e na construção de um mundo mais pacífico, inclusivo e próspero (THOMSON, 2020).

Visto isso, para efetuar o teste das hipóteses, será demarcado o que cada um desses Artigos Específicos versa sobre (I) a participação ou representatividade política das mulheres - reconhece-se que há uma diferença entre os termos, porém, neste artigo iremos focar no que as autoras dos artigos da amostra vêm declarando sobre isso -, (II) a atuação de homens e mulheres em cargos de primeiro-ministro, presidente ou ministros, (III) a agenda WPS e a UNSCR 1325 das Nações Unidas, e sobre o (IV) conceito de Interseccionalidade - além da menção explícita do conceito, também serão consideradas menções à interposição entre raça, classe, sexualidade e outras articulações, sem a utilização expressiva do conceito.

3.1. Sobre a participação/representatividade política e cargos favoráveis

Os resultados mostraram que 9 artigos ressaltam essa temática como um ponto central na discussão sobre Política Externa Feminista ou com enfoque em gênero, enquanto 3 apenas fazem algum comentário, e 1 não comenta. Entre os estudos que se dedicam em explorar essa questão está o artigo de Smith (2020), no qual ela demonstra que não existem consensos na literatura sobre a causalidade entre a maior participação de mulheres e uma diferenciação no delineamento da política externa. Apesar disso, ela explica que um dos fatores responsáveis pelo crescimento das práticas de 'gender mainstreaming' na política global é o crescente número de lideranças sensíveis às questões de gênero na política externa, ao mesmo tempo que a representação dos interesses das mulheres por parte desses cargos depende do contexto em que estão inseridos, do grau de influência do partido sobre os legisladores, e dos estereótipos de gênero que necessitam enfrentar.

Aggestam e True (2020) argumentam que a representatividade é um objetivo fulcral das normas 'pro-gender' na política externa, e que com o aumento desse fator são produzidas políticas e agendas governamentais mais inclusivas e responsivas em relação ao gênero; mas, elas ressaltam que esse processo deve ser acompanhado do questionamento da masculinização das instituições. Por fim, segundo as autoras, pelo fato de os líderes políticos desempenharem um papel de empreendedores normativos, a continuidade da política externa feminista ou com enfoque em gênero fica muito suscetível às suas vontades e prioridades.

No estudo de caso da Suécia, Rosamond (2020) resalta a importância do papel da Ministra Margot Wallström no empreendimento da Política Externa Feminista do país, além da igualdade de gênero

e representação das mulheres nos partidos e instituições políticas ser um dos objetivos centrais do Estado (ROSAMOND, 2020). De forma similar, ao relatar o caso do Canadá, Parisi (2020) atenta para a importante atuação do primeiro-ministro Justin Trudeau como empreendedor normativo da FIAP. Ademais, como mencionado acima, segundo Skjelsbaek e Tryggestad (2020), a promoção da igualdade de gênero integra a identidade nacional norueguesa - em 2016, segundo elas, o país atingiu 48% de mulheres em posições de liderança no Ministério das Relações Exteriores.

Ainda, Calin e Buterbaugh (2019) afirmam, ao discutir a representação das mulheres no Serviço de Relações Exteriores dos Estados Unidos, que quanto mais mulheres alcançarem posições de prestígio nesses espaços, a tendência é aumentar o acesso para outras mulheres. Porém, elas alertam que ainda é preciso muita pesquisa e organização de dados para que se possa entender a fundo essas dinâmicas diplomáticas. Para mais, Towns e Niklasson (2016) argumentam, ao realizarem sua análise de nomeações diplomáticas de 50 países, que as mulheres contam com uma probabilidade menor de serem posicionadas em Estados com os maiores status - de acordo com índices econômicos e militares. Ademais, Davies e True (2017), ressaltam o papel de Hague, ex primeiro secretário de Estado e Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido, como um empreendedor normativo na promoção da PSVI.

Já Aggestam e Towns (2019) argumentam que ainda hoje temos pouco conhecimento sobre as alocações de homens e mulheres na diplomacia, havendo uma urgência de comprovação, através de dados empíricos, da lógica causal entre a maior participação de mulheres e a provocação de mudanças nas práticas e resultados da diplomacia (AGGESTAM e TOWNS, 2019). Para mais, Thomson (2020) afirma que as experiências da Suécia e do Canadá estão interligadas com um histórico de promoção de igualdade de gêne-

ro nos seus processos de construção política, a prática de 'gender mainstreaming', e o aumento de ações afirmativas nas eleições políticas. Apesar disso, apenas a Suécia tem como preocupação central da política externa feminista a representação de mulheres em todos os níveis de tomada de decisão (THOMSON, 2020).

Já entre as investigações que apenas comentam sobre essa variável, está o estudo de caso da África do Sul, no qual Hastrup (2020) afirma que a representação das mulheres foi uma preocupação constante nas negociações do país. Porém, Hastrup (2020) alerta que o enfoque somente na representação pode levar ao entendimento errôneo de que justiça de gênero está diretamente relacionada à visibilidade. Ademais, também se enquadra o estudo de caso da Austrália, em que Lee-Koo (2020) comenta que o crescimento do interesse por normas 'pro-gender' no país teve grande participação das ministras Julie Bishop e Marise Payne. Por fim, o estudo de Rossoni de Paula (2019) não se dedica a essa discussão.

Com isso, nota-se que grande parte das investigações ressalta que Estados que possuem um histórico de promoção de igualdade de gênero e participação política das mulheres domesticamente, são aqueles que agora procuram externalizar esses mesmos princípios através da Política Externa - Suécia, Canadá, África do Sul e Noruega. Ao mesmo tempo, alguns artigos ressaltam o déficit de pesquisas que procurem comprovar empiricamente a relação causal entre o aumento da participação de mulheres com a mudança de processos e resultados da política externa. Ainda, alguns artigos ressaltam o papel central de cargos favoráveis no executivo, que fizeram com que políticas com enfoque em gênero fossem administradas - casos de Margot Wallström, William Hague e Justin Trudeau. Mas, apesar da maioria dos estudos ressaltarem esse tipo de reflexão, percebemos que há uma variedade de opiniões sobre o assunto, e fica evidente que ainda há uma grande dificuldade na literatura em comprovar

584 Política Externa Feminista: Uma revisão bibliométrica para a compreensão de suas condicionantes e sua relação com a interseccionalidade (2014-2020)

essa causalidade empiricamente. Portanto, o resultado, a partir dessa amostra, se torna inconclusivo a respeito da centralidade da participação política das mulheres, ou de cargos executivos favoráveis, para a construção de uma Política Externa Feminista.

3.2. Sobre a agenda Women, Peace and Security e a resolução UNSCR 1325 das Nações Unidas

A agenda Women, Peace and Security (WPS) tem como objetivo formular um quadro normativo para a promoção, garantia e desenvolvimento dos direitos humanos das mulheres e meninas, principalmente em contextos de conflito e pós-conflito (HAASTRUP, 2020). A UNSCR 1325 foi a primeira resolução da agenda, estabelecida em 2000, e postulou pela primeira vez a relação entre mulheres, paz e segurança. Na análise dessa variável, encontrou-se que 7 ressaltam a importância dessa agenda e dessa resolução, enquanto 2 apenas fazem algum comentário sobre, ao passo que 4 não se pronunciam a respeito.

Aggestam e True (2020) afirmam que a UNSCR 1325 e a WPS estão entre os mecanismos internacionais responsáveis pelo crescimento de abordagens 'pro-gender' ou feministas na política externa. Além disso, destacam que um dos indicadores de um Estado estar adotando normas 'pro-gender' é o seu comprometimento com a adoção de Planos de Ação Nacionais referentes a essa agenda (AGGESTAM e TRUE, 2020). Nessa mesma lógica, Rosamond (2020) relata que a iniciativa de Política Externa Feminista da Suécia faz parte de um contexto global que já vinha requerendo apoio a essa agenda, e que desde o lançamento da WPS, o país adotou quatro Planos de Ação Nacionais e alinhou os objetivos e valores dessa sua Política Externa com os discursos promovidos pela agenda.

No estudo de caso sobre a África do Sul, Hastrup (2020) ressalta que o país demonstrou apoio a todas as nove resoluções que constituem a WPS, e seu enfoque de implementação tem sido outros Estados do continente africano. Apesar disso, a autora explica que as intervenções fundamentadas nessa agenda, normalmente, são baseadas nas experiências de mulheres do Norte Global, ao passo que procuram interferir nas vidas das mulheres em contextos de conflito e situadas no Sul Global. Para ela, esses fatores denotam relações hierárquicas entre Norte e Sul e devemos pontuar isso para que seja possível pensar uma inclusão do Sul Global nessa dinâmica para além de ser visto como o objeto alvo.

No caso da Noruega, a UNSCR 1325 é uma prioridade da sua política externa baseada em normas 'pro-gender', ao mesmo tempo que é vista como uma oportunidade de projetar internacionalmente os princípios da sua identidade nacional (SKJELSBÆK e TRYGGESTAD, 2020). Ademais, Davies e True (2017) deixam evidente que a base jurídica para a construção da PSVI, promovida por William Hague, foi a agenda WPS e as suas respectivas resoluções.

Aggestam e Towns (2019) ressaltam que essa agenda e resolução são marcos importantes no desenvolvimento de normas internacionais referentes às demandas das mulheres, apesar de haver um processo de guetização, no qual esses marcos são considerados apenas como uma preocupação das negociadoras mulheres (AGGESTAM e TOWNS, 2019). Já em seu estudo sobre a Suécia e o Canadá, Thomson (2020) afirma que esses Estados são empenhados em reverter essa agenda em Planos de Ação Nacionais, e ressalta que a Política Externa Feminista está diretamente atrelada e ela e o peso que ela tem na arena internacional.

Entre os artigos que somente mencionam essas variáveis está o de (I) Smith (2020), no qual a autora comenta que enquanto alguns já declararam sua Política Externa como Feminista, outros vêm compro-

metendo-se com essa agenda e essa resolução na política externa; e o de (II) Lee-Koo (2020), em que ela comenta que a implementação de políticas de acordo com a UNSCR 1325 por parte da Austrália foi reconhecida como uma das melhores práticas exercidas no mundo. Por fim, os artigos de Parisi (2020), Calin e Buterbaugh (2019), Rossone de Paula (2019) e Towns e Niklasson (2017) não comentam sobre a agenda ou a resolução.

Como podemos ver, na maioria dos artigos há um consenso sobre a importância da WPS e da UNSCR 1325 no contexto da Política Externa Feminista ou com enfoque em gênero e, portanto, comprova-se a sua centralidade enquanto condicionante. Para mais, se compararmos esse resultado com o resultado da pesquisa da variável de participação/representação política e cargos favoráveis, perceberemos que há uma similaridade nos resultados, no sentido de que os mesmos artigos que ressaltam a importância da primeira variável também ressaltam a importância da segunda. Do total de 13 artigos, 6 enfatizam ambas as variáveis em seus estudos – Aggestam e True (2020), Rosamond (2020), Skjelsbaek e Tryggstad (2020), Davis e True (2017), Aggestam e Towns (2019), e Thomson (2020) -, 1 apenas comenta sobre ambas – Lee-Koo (2020) -, e 1 não faz referência a nenhuma dessas variáveis – Rossone de Paula (2019)-, ao passo que em 5 há uma alternância entre ressaltar, comentar ou não comentar entre as duas variáveis - Smith (2020), Haastrup (2020), Calin e Buterbaugh (2019), Towns e Niklasson (2017), e Parisi (2020).

Com isso, apesar de ser perceptível uma centralidade de ambos os debates para o entendimento do processo de construção e resultados da Política Externa Feminista, a primeira hipótese é apenas parcialmente comprovada, uma vez que, como vimos na seção anterior, ainda há uma grande lacuna na comprovação empírica sobre a noção de causa e efeito da participação política das mulheres ou a existência de cargos favoráveis e a transformação da Política Externa.

Portanto, por mais que a maioria dos artigos procurem discutir e estabelecer uma relação entre as duas variáveis, apenas é comprovada a centralidade da agenda WPS e da resolução UNSCR 1325.

3.3. Sobre a interseccionalidade

Como vimos até aqui, é importante incluirmos o debate da Interseccionalidade na abordagem de Política Externa Feminista, para que seja possível quebrar com os legados coloniais, racistas, classistas e patriarcais - principalmente dentro de um marco teórico e prático que vêm projetando-se como uma forma institucionalizada de promover os direitos das mulheres e a igualdade de gênero.

Desse modo, a análise de conteúdo demonstra que apenas 1 artigo dedica-se à discussão sobre Interseccionalidade, enquanto 6 apenas fazem algum comentário sobre o conceito, 2 não utilizam da menção do conceito, porém, mencionam a articulação entre raça, classe, sexualidade e demais demarcadores, ao passo que em 4 artigos não há qualquer menção. Diante disso, o único artigo que se dedica à discussão é o de Parisi (2020), em que ela ressalta que a FIAP do Canadá declara ser um de seus objetivos produzir uma política transformativa com base na Interseccionalidade. Porém, uma das críticas centrais da autora é que essa utilização do termo não parece ter ligação com o conceito em si, servindo apenas como 'buzzword' e trazendo o gênero como fonte primária de discriminação. Além disso, ao examinar as três áreas principais de atuação da FIAP, a autora identifica alguns padrões que fogem das noções da Interseccionalidade: quando trata da (I) pobreza e da (II) cidadania de mercado, os documentos não dedicam-se a discutir sobre a construção de um modelo de desenvolvimento inclusivo pautado por raça, classe, etnias, sexualidade e demais articulações; e, quando versam sobre a (III) centralidade das parcerias com o setor privado para o desenvol-

588 Política Externa Feminista: Uma revisão bibliométrica para a compreensão de suas condicionantes e sua relação com a interseccionalidade (2014-2020)

vimento, não há uma reflexão acerca das problemáticas estruturais originadas pelo mercado econômico competitivo.

Em seguida, entre os artigos que apenas comentam sobre o conceito está o de Smith (2020) que demonstra que teóricos ressaltam que existem outros fatores, além do sexo – entre eles raça ou etnia, classe e orientação sexual -, que se intersectam e moldam a forma de um indivíduo de gerenciar a política externa. Já Aggestam e True (2020) comentam que, após duas décadas de discussão, a agenda WPS começou a reconhecer a necessidade de alocar atenção para perspectivas interseccionais na definição de mulher - citando 'girls/youth, minority status/ ethnicity, disability'. Além disso, comentam que o estudo da representatividade de gênero na política externa deve atender para relações interseccionais - entre gênero, classe, etnia e sexualidade - dentro, através e entre Estados (AGGESTAM e TRUE, 2020).

Em sua análise, Rosamond (2020) explica que nos últimos anos o Ministério das Relações Exteriores da Suécia reconheceu que pensar a interseccionalidade - citando as categorias de idade, localização geográfica, status socioeconômico, orientação sexual, pertencimento religioso e ético - é importante na construção da Política Externa Feminista (ROSAMOND, 2020). Mas o que ainda prevalece é a redução das dificuldades e vulnerabilidades das mulheres a papéis de gênero (ROSAMOND, 2020). Por outro lado, Lee-Koo (2020) comenta sobre o reconhecimento de que há um fator interseccional nas identidades de gênero em documentos do Department of Families, Housing, Community Services and Indigenous Affairs da Austrália.

Towns e Niklasson (2016) comentam que ao estudar as nomeações diplomáticas, elas não realizam a intersecção com outras articulações como raça, classe, pessoas com deficiência, sexualidade ou etnia. Com isso, não elaboram sobre as complexidades e multipli-

idades identitárias, e assumem que forcem todos os embaixadores a serem encaixados nas categorias homens e mulheres (TOWNS e NIKLASSON, 2016). Ainda, ao fazer uma análise comparativa das políticas externas feministas da Suécia e do Canadá, Thomson (2020) nota que ambos os países mencionam a interseccionalidade em seus documentos iniciais. Porém, apesar disso, não empregam esforços em aprofundar o conceito ou deixar evidente o que entendem sobre ele e as formas como colocá-lo em prática (THOMSON, 2020).

Ademais, a seguir explana-se sobre os artigos que não fazem uso do conceito em si, porém mencionam as articulações existentes entre gênero, raça, classe, sexualidade e demais demarcadores. Para construir sua análise, Hastrup (2020) parte também do Feminismo do Terceiro Mundo para agregar à teoria de Política Externa Feminista, no intuito de ressaltar que existem múltiplas formas de opressão, incluindo relações de raça e as experiências das mulheres no Sul Global (HAASTRUP, 2020). Ainda, ela explica que essas opressões estão inseridas em um contexto de narrativas dominantes dentro do feminismo, as quais contribuem com o apagamento da história e efeitos do imperialismo e como esses eventos ainda impactam nos contextos locais das mulheres (HAASTRUP, 2020). Já Rossone de Paula (2019) afirma que sua análise está fundamentada sobre conceitos feministas e pós-coloniais, no sentido em que questiona as desigualdades da política global e afirma a necessidade de reconhecer as conexões entre raça, classe e gênero ao investigar esses cenários. Por fim, os artigos de Skjelsbaek e Tryggestad (2020), Calin e Buterbaugh (2019), Davies e True (2017), e Aggestam e Towns (2019) não mencionam o conceito de interseccionalidade ou as articulações entre gênero, raça, classe, sexualidade ou outros demarcadores.

Diante disso, o que percebemos com essa análise é que a maioria dos artigos comenta sobre o conceito de interseccionalidade ou faz referência à necessidade de considerar que a vida das mulhe-

res não está demarcada somente pelo gênero. Apesar disso, a maioria dos artigos não possui um aprofundamento da discussão e aplicação teórica desse conceito, ao mesmo tempo que percebemos que os termos utilizados para se referir a Interseccionalidade nem sempre são reconhecendo gênero, classe e raça como estruturas sociais. Da mesma forma, através dos estudos de caso, podemos depreender que os Estados que se utilizam do conceito não declaram, evidentemente, o que entendem por ele. Diante disso, percebemos que ainda não há um compromisso sério com o desenvolvimento de uma Política Externa Feminista pautada também pela Interseccionalidade. Ainda, podemos dizer que há um esvaziamento teórico em relação a Interseccionalidade, o que é preocupante, pois além de ocorrer uma despolitização do debate, as estruturas de poder não são questionadas, o que muda é o processo discursivo em relação às mesmas estruturas. Portanto, a segunda hipótese é comprovada.

4. Considerações finais

A partir do interesse de compreender quais as condições necessárias para a construção de uma Política Externa Feminista, e qual o seu relacionamento com a Interseccionalidade, construímos um arcabouço teórico que nos permite refletir sobre como as estruturas patriarcal, racista, capitalista, e coloniais criaram um ambiente excludente para as mulheres na área de Política Externa, desde a sua inserção e participação do processo político, até o caráter e construção das agendas. A Política Externa Feminista, estabeleceu-se nesse cenário, sendo impulsionada pela intensificação de esforços globais no combate à discriminação contra as mulheres – a exemplo da agenda WPS e da UNSCR 1325. Ao mesmo tempo, é exemplificado na literatura que certos Estados, apesar de não declararem suas políticas externas como feministas, possuem grandes enfoques em gênero a partir desses mecanismos internacionais.

Desse modo, a parte empírica do trabalho foi desenvolvida através da realização de uma pesquisa bibliométrica, seguida de análise de conteúdo, em 8 das principais revistas de Relações Internacionais e de Gênero e Política, no período de 2014 a maio de 2020. Foram considerados apenas os artigos científicos, resultando em um total de 1631 artigos; desse total, apenas 38 artigos continham em seus resumos as palavras-chave utilizadas para selecionar a amostra, e desses apenas 13 são específicos de Política Externa Feminista ou com enfoque em gênero. Realizou-se uma análise de conteúdo apenas nesses artigos específicos, embasada em três marcadores: (I) a participação/representação política ou existência de cargos favoráveis no executivo; (II) a agenda WPS e a resolução UNSCR 1325; e (III) o conceito de Interseccionalidade.

Em decorrência da maioria dos artigos da amostra serem estudos de caso, foi possível depreender a operacionalização da prática da Política Externa Feminista ou com enfoque em gênero. Desse modo, constatou-se que a primeira hipótese só pode ser parcialmente comprovada, no sentido de que o impacto da participação política das mulheres e da existência de cargos favoráveis no executivo na construção da Política Externa Feminista ou com enfoque em gênero ainda é incerto e necessita de estudos mais aprofundados. Porém, de acordo com os dados, comprova-se que a agenda WPS e a UNSCR 1325 é central para a maioria dos casos. Por outro lado, a segunda hipótese é comprovada.

Desse modo, se compararmos a conclusão de que a agenda WPS e a UNSCR 1325 são centrais nesse contexto, com a conclusão de que não há enfoque no conceito de Interseccionalidade, já conseguimos instigar ainda mais a reflexão sobre qual tipo de feminismo está sendo projetado. Isso porque, como Haastруп (2020) afirma, a WPS e a UNSCR 1325 tendem a estabelecer o Sul Global como objeto, ao mesmo tempo que os países do Norte Global, que

592 Política Externa Feminista: Uma revisão bibliométrica para a compreensão de suas condicionantes e sua relação com a interseccionalidade (2014-2020)

se propõem a promover esses mecanismos, adotam uma posição de enxergar as mulheres do Sul Global apenas como vítimas. Portanto, quando atrelamos isso a falta de interesse em incluir uma perspectiva interseccional que realmente questione as estruturas de poder hegemônicas, percebemos que também existem processos de hierarquização na Política Externa Feminista. Ainda, se um dos objetivos da Política Externa Feminista é promover justiça social, é imprescindível que ela esteja pautada pela interseccionalidade e pelo reconhecimento de que a categoria gênero abarca uma multiplicidade de mulheres que terão experiências e demandas variadas. Essa conclusão derivada dos pontos iniciais nos permite refletir sobre as falhas da Política Externa Feminista, e nos demonstra um campo de pesquisa fértil para a elaboração de novas investigações.

Nota-se que, pelo fato da prática e da teorização sobre Política Externa Feminista serem recentes, ainda existem dificuldades no entendimento de como se dá o processo, construção da agenda, controle, e resultados da Política Externa Feminista. Nesse ponto, esse trabalho contribui no sentido de condensar o conhecimento que foi produzido desde 2014 até 2020, para promover uma sistematização e tentar encontrar pontos em comum entre os estudos de caso, que ajude no entendimento dessa teoria e prática. Ademais, a partir dos dados encontrados, há uma necessidade de pesquisas futuras que procurem entender se a Política Externa Feminista está realmente comprometida com os princípios transformativos da teoria feminista e interseccional.

Referências

ACHILLEOS-SARLL, Columba. Reconceptualising Foreign Policy as Gendered, Sexualised and Racialised: Towards a Postcolonial Feminist Foreign Policy (Analysis). *Journal of International Women's Studies*, v. 19, n. 1, p. 34-49, 2018.

AGGESTAM, Karin; TOWNS, Ann. The gender turn in diplomacy: a new research agenda. *International Feminist Journal of Politics*, v. 21, n. 1, p. 9-28, 2019.

AGGESTAM, Karin; TRUE, Jacqui. Gendering Foreign Policy: A Comparative Framework for Analysis. *Foreign Policy Analysis*, v. 16, n. 2, p. 143-162, 2020.

ALVARADO, Rubén Urbizagástegui. A bibliometria no Brasil. *Ciência da informação*, v. 13, n. 2, 1984.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *cadernos pagu*, n. 26, p. 329-376, 2006.

CALIN, Costel; BUTERBAUGH, Kevin. Male versus Female Career Ambassadors: Is the US Foreign Service Still Biased?. *Foreign Policy Analysis*, v. 15, n. 2, p. 205-223, 2019.

COBO, Manuel J. et al. An approach for detecting, quantifying, and visualizing the evolution of a research field: A practical application to the fuzzy sets theory field. *Journal of informetrics*, v. 5, n. 1, p. 146-166, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University Of Chicago Legal Forum*, 1989.

DAVIES, Sara E.; TRUE, Jacqui. Norm entrepreneurship in foreign policy: William Hague and the prevention of sexual violence in conflict. *Foreign Policy Analysis*, v. 13, n. 3, p. 701-721, 2017.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, beaches and bases: Making feminist sense of international politics*. Califórnia: University of California Press, 2014.

HAASTRUP, Toni. Gendering South Africa's Foreign Policy: Toward a Feminist Approach?. *Foreign Policy Analysis*, v. 16, n. 2, p. 199-216, 2020.

HUDSON, Valerie M.; DAY, Benjamin S. *Foreign policy analysis: classic and contemporary theory*. Rowman & Littlefield, 2020.

594 Política Externa Feminista: Uma revisão bibliométrica para
— a compreensão de suas condicionantes e sua relação com a
interseccionalidade (2014-2020)

LEE-KOO, Katrina. Pro-Gender Foreign Policy by Stealth: Navigating Global and Domestic Politics in Australian Foreign Policy Making. *Foreign Policy Analysis*, v. 16, n. 2, p. 236-249, 2020.

PARISI, Laura. Canada's New Feminist International Assistance Policy: Business as Usual?. *Foreign Policy Analysis*, v. 16, n. 2, p. 163-180, 2020.

ROSAMOND, Annika Bergman. Swedish Feminist Foreign Policy and "Gender Cosmopolitanism". *Foreign Policy Analysis*, v. 16, n. 2, p. 217-235, 2020.

ROSSONE DE PAULA, Francine. Brazil's non-indifference: a case for a feminist diplomatic agenda or geopolitics as usual?. *International Feminist Journal of Politics*, v. 21, n. 1, p. 47-66, 2019.

SKJELSBÆK, Inger; TRYGGESTAD, Torunn Lise. Pro-gender Norms in Norwegian Peace Engagement: Balancing Experiences, Values, and Interests. *Foreign Policy Analysis*, v. 16, n. 2, p. 181-198, 2020.

SMITH, Karen E. Missing in Analysis: Women in Foreign Policy-Making. *Foreign Policy Analysis*, v. 16, n. 1, p. 130-141, 2020.

THOMSON, Jennifer. What's Feminist about Feminist Foreign Policy? Sweden's and Canada's Foreign Policy Agendas. *International Studies Perspectives*, 2020.

TICKNER, J. Ann. You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists. *International Studies Quarterly*, v. 41, n. 4, p. 611-632, 1997.

TOWNS, Ann; NIKLASSON, Birgitta. Gender, international status, and ambassador appointments. *Foreign Policy Analysis*, v. 13, n. 3, p. 521-540, 2017.

WILLIAMS, Kristen P. Feminism in foreign policy. *Oxford Research Encyclopedia of Politics*, 2017.

Sobre os autores

Sabrina da Costa Chiuza

Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: sabrina.chiuza@acad.ufsm.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9121-4685>.

Júlio César Cossio Rodriguez

Professor Doutor do Curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: julio.rodriguez@ufsm.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7016-8736>.

